

## OS INDICADORES SOCIAIS DAS FAMÍLIAS EM AUXÍLIO ALUGUEL ATINGIDAS PELO PROJETO ORLA NO PORTAL DA AMAZÔNIA

Lidiane Maria Siqueira David<sup>1</sup>  
Welson de Sousa Cardoso<sup>2</sup>  
Luã Gustavo das Neves Oliveira<sup>3</sup>  
Thalita Monteiro Amaral<sup>4</sup>  
Lucas Wellington da Silva Silva<sup>5</sup>

### RESUMO

O artigo tem por objetivo evidenciar a realidade das famílias em auxílio aluguel, atingidas pelo projeto Orla no Portal da Amazônia, por meio dos indicadores sociais mais relevantes apresentados na análise exploratória. Metodologicamente, o estudo se desenvolveu a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com aplicação de questionários, entrevistas e análise de dissertações e teses acerca da temática. Desse modo, recorreu-se a autores de orientação social crítica: Rolnik (2015), Sá et al (2014), Cruz (2012), Ponte (2007), Cardoso e Ventura Neto (2013), Rodrigues; Araújo; Castro (2018). Logo, no cerne do trabalho apresenta-se a realidade contraditória dos sujeitos atingidos por projetos de intervenção urbanística.

**Palavras-chave:** Projeto Orla; Portal da Amazônia; Famílias em auxílio aluguel.

### ABSTRACT

The article aims to highlight the reality of families receiving rent aid, affected by the Orla no Portal da Amazônia project, through the most relevant social indicators presented in the exploratory analysis. Methodologically, the study was developed from bibliographical, documentary and field research, with the application of questionnaires, interviews and analysis of dissertations and theses on the subject. Thus, authors with a critical social orientation were used: Rolnik (2015), Sá et al (2014), Cruz (2012), Ponte (2007), Cardoso e Ventura Neto (2013), Rodrigues; Araújo; Castro (2018). Therefore, at the heart of the work, the contradictory reality of the subjects affected by urban intervention projects is presented.

**Keywords:** Orla Project; Amazon Portal; Families in rent aid.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará; Assistente Social e Mestra em Serviço Social; lididvd@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará; Estatístico, Doutor em Ciências Socioambientais e Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará; cardoso@ufpa.br.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará; Graduando em Estatística; lu.dasneves@gmail.com.

<sup>4</sup> Universidade Federal do Pará; Graduanda em Estatística; thalita.amaral@icen.ufpa.br.

<sup>5</sup> Universidade Federal do Pará; Graduando em Serviço Social; lucwel.silva@gmail.com.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

## 1 INTRODUÇÃO

O município de Belém do Pará atualmente encontra-se em processo de reconfiguração territorial em múltiplas frentes, que acontecem ligados a estratégias articuladas ao crescimento econômico e a discursos do poder público sobre a possibilidade de exploração de novos setores da economia e da dinamização modernizadora da região. Assim, em termos mais específicos, essa reconfiguração territorial se refere “às recentes intervenções urbanísticas, [...] à modernização portuária que têm tido curso, [...] em torno de Belém” (PONTE, 2007, p. 01).

É nas intempéries destas colocações de Ponte (2007) que o referido trabalho apresentará o estudo de caso das famílias em auxílio aluguel, que foram atingidas pelas intervenções urbanísticas do Projeto Orla no Portal da Amazônia. O artigo tem por objetivo evidenciar a realidade das famílias em auxílio aluguel por meio dos indicadores sociais relevantes apresentados na análise exploratória<sup>6</sup>.

Metodologicamente o estudo se desenvolveu a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com aplicação de questionários, entrevistas e análise de dissertações e teses acerca da temática. A análise apoiou-se em autores da teoria social crítica. Assim, recorreu-se à Rolnik (2015), Sá et al (2014), Cruz (2012), Ponte (2007), Cardoso e Ventura Neto (2013), Rodrigues; Araújo; Castro (2018), e outros.

O artigo estrutura-se, inicialmente, com apresentação do Projeto Orla entre meandros e contrastes do processo intervencionista do Portal da Amazônia, na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, e em seguida a explicitação da realidade dos sujeitos, com a explanação dos indicadores sociais mais relevantes apresentados na análise exploratória, que configuram a realidade contraditória das famílias em auxílio aluguel.

## 2 O PROJETO ORLA ENTRE MEANDROS E CONTRASTES DO PROCESSO INTERVENCIONISTA DO PORTAL DA AMAZÔNIA NA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA

<sup>6</sup> Reitera-se que, este estudo é um recorte dos achados da pesquisa de dissertação em Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, que apontou como problema as diferentes formas de apropriação e disputa do território nesta região.

O Projeto Orla possui em suas características mais gerais a consolidação advinda da execução do projeto Portal da Amazônia, ou seja, o Projeto Orla advém da materialização do projeto Portal da Amazônia, segundo Cruz (2012), o projeto Portal da Amazônia é implementado na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN) desde 2005 pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em parceria com o Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na modalidade urbanização de favelas. Esse projeto é considerado pela bibliografia como um Grande Projeto Urbano (GPU) por sua dimensão de abrangência territorial.

Logo, esse GPU compreende, por um lado, o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), que reúne ações de saneamento básico das áreas ocupadas por moradias às margens dos cursos d'água e, por outro lado, o Projeto Orla que congrega ações de urbanização, pavimentação e paisagismo das vias reconfiguradas às margens do rio Guamá (CRUZ, 2012).

Segundo Marinho (2021), na extensão territorial da BHEN, a Prefeitura adotou uma metodologia que permitisse que aquela fosse dividida em quatro sub-bacias (I, II, III e IV), para efeito de organização e intervenção do projeto Portal da Amazônia em etapas, sendo que o Projeto Orla se dá pela margem do rio Guamá, enquanto o PROMABEN acontece na margem do Canal da Av. Bernardo Sayão ou Estrada Nova. Ademais, a intervenção urbanística do Projeto Orla aconteceu apenas no âmbito da sub bacia I, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB), realizada na orla da BHEN, enquanto uma parte da sub bacia I e as demais sub bacias II, III e IV recebem a intervenção do PROMABEN (MARINHO, 2021).

Certamente que, segundo Cardoso e Ventura Neto (2013), esse processo de revitalização da área da Estrada Nova acabou passando por debate referente à ocupação das margens dos rios e a transformação dos ecossistemas por vias ideologizantes por relações de poder. Diante disso, os consensos são estabelecidos a partir do uso de *marketing*, sem considerar as demandas e necessidades dos habitantes em desvantagem.

A concretização do projeto Portal da Amazônia se deu através da implantação de vias de áreas de lazer a partir de um grande aterro hidráulico, como forma de produzir uma área livre na orla do Rio Guamá, sob a justificativa de “abertura de

## PROMOÇÃO



## APOIO



janelas para o rio”. No entorno do projeto, encontra-se um tecido urbano formado por grandes áreas vazias ou subutilizadas (como a área da CATA, indústria têxtil desativada) e áreas de baixada de ocupação antiga e já consolidadas, mas que ainda enfrentam problemas de alagamentos e precariedade habitacional (RODRIGUES; ARAÚJO; CASTRO, 2018).

No que diz respeito ao instrumento urbanístico que corresponde ao Plano de Reassentamento Portal da Amazônia/Orla de 2008, esse compreende em garantir a permanência das famílias no local de intervenção do Projeto Orla, assegurando condições de moradia digna e amenizando os impactos sociais decorrentes do processo de reassentamento.

Esse Plano é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação e se implementou por intermédio do contrato nº 222.629-71, mediante o Programa Projetos Prioritários de Intervenção em Favelas (PPI), financiado por recursos do PAC, tem por fim, em síntese, a promoção de obras de infraestrutura na Orla da Estrada Nova, incluindo a retirada das palafitas e demais construções irregulares do local, bem como a construção de unidades habitacionais (MPF/PA, 2017).

Durante a execução do projeto será necessário fazer o reassentamento das famílias nas novas unidades habitacionais. Para isso, é necessário o estabelecimento de critérios cuidadosamente elaborados para viabilizar o processo de reassentamento, com base em estudos de ordem físico-territorial, socioeconômico e jurídico. Nesse sentido, o grande desafio da Secretaria Municipal de Habitação é trabalhar, conjuntamente com outras Secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de Belém, as ações relacionadas ao reassentamento das famílias, procurando ser sensível aos laços sociais locais, de forma a criar condições para as famílias permanecerem na área originária com o mínimo de impacto possível (BELÉM, 2008).

No entanto, reiterando que nas intempéries do Projeto Portal da Amazônia, cuja natureza da intervenção é a viabilização de obras de infraestrutura urbana na orla do Rio Guamá, que passou a ter contrato firmado em 2007 com o PAC, apresentou um quantitativo de 1.500 famílias atendidas, inicialmente, com investimento correspondente à (R\$) 25.712.795,98 (vinte e cinco milhões setecentos e doze mil setecentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos), segundo pesquisa

PROMOÇÃO



APOIO



apontada pelo balanço preliminar do PAC em 2018.

Esse mesmo, apontou que por um longo período com as obras paralisadas, apenas foi executado um quantitativo de 62,02 %, tudo isso dentro de período de 10 anos (RODRIGUES; ARAÚJO; CASTRO, 2018). Isso implica indicar que muitas famílias que foram afetadas, diretamente, estão sem moradia há muito tempo, uma vez que o Projeto Habitacional ainda se encontra em curso repercutindo nas dificuldades apresentadas na fala do Gestor, em entrevista concedida em 2022: “as dificuldades no decorrer da efetivação do projeto habitacional que se encontra por muito tempo paradas as obras”.

Para a execução do empreendimento, a prefeitura de Belém fez o remanejamento de famílias que moravam em áreas de extrema pobreza, comprometendo-se em construir um conjunto habitacional para devolver moradia digna aos moradores que foram atingidos pelo projeto Orla (ALEPA, 2019).

Além de todas essas implicações, nesse empreendimento, que compreende o Portal da Amazônia, as obras avançaram e criaram a orla de Belém, mas os moradores continuam sem receber os imóveis e vivendo de aluguel (OLIBERAL, 2019). Portanto, o que se tem são intensos processos de lutas devido aos mais de treze anos de aguardo para a efetivação do Projeto Habitacional Portal da Amazônia.

## 2.1 Os meandros e contrastes da realidade das famílias em auxílio aluguel atingidas pelo Projeto Orla no Portal da Amazônia

A realidade das famílias que estão em auxílio aluguel remete-se aquelas que foram desalojadas pelo Projeto Orla, do Portal da Amazônia, em 2008, que compreende aproximadamente 360 famílias impactadas, onde apenas 16, que compreende 4,4% do total, estão assentadas em definitivo, em edifício de dois blocos construídos próximo à orla, segundo o MPF/PA (2018).

Esse quantitativo se refere às 16 famílias assentadas decorrente do período do ano de 2012, com a entrega de 16 unidades habitacionais, desde esse período, apenas no ano de 2021 foram entregues mais um pequeno quantitativo de 15

PROMOÇÃO



APOIO



unidades habitacionais, sendo um quantitativo inferior ao expressivo número de famílias que aguardam para receber a moradia<sup>7</sup>.

Diante desses fatos avaliamos, segundo Marinho (2021), que houve o processo de remoção dos 388 imóveis, o Projeto previu o reassentamento de 360 famílias que optaram por uma unidade habitacional a ser construída na Orla logo após a urbanização da nova via, mas, até o presente momento não foram concluídas em sua totalidade.

Podemos evidenciar nessa questão, que essa realidade em que se encontram as famílias em auxílio aluguel do portal da Amazônia é decorrente das intervenções de revitalização da Orla Sul de Belém, em que realizou a retirada de um quantitativo significativo de famílias da área que compreende a poligonal do Projeto Orla. Logo, a viabilidade da entrega desses apartamentos, que são as unidades habitacionais, advém da entrega do Projeto Habitacional Portal da Amazônia.

Esta realidade se configura a passos lentos mediado por constantes pressão da população atingida por intermédio de intensos processos de luta frente a Secretaria Municipal de Habitação de Belém (SEHAB) e seus órgãos competentes. Esse processo se define segundo a fala da Liderança (2022) “nós tivemos várias mobilizações judiciais no Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, essas foram as que mais a gente recorreu”.

Dentre essas distintas implicações vivenciadas pelos sujeitos impactados advém questões que atravessam mais de 13 anos de enfrentamento sobre distintas problemáticas advindas da SEHAB, órgão público, que é o grande responsável pela execução do Projeto Habitacional. Diante de tais fatos contraditórios é que o segmento social representado pela Associação de Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA) - que são as famílias em auxílio - faz o enfrentamento constante, desde 2008. Essa questão se elucidará nas colocações da Liderança (2022) “a associação de moradores foi criada em 2008 [...] porque a gente não sabia a atual

<sup>7</sup> Atualmente são aproximadamente 224 famílias em auxílio aluguel, esse quantitativo foi atualizado e disponibilizado pela SEHAB/Belém.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

realidade do projeto e as famílias, elas, ficaram totalmente desorientadas, [...] e para a gente poder lutar pela área, para que permanecesse pros moradores”

Decerto que avaliamos essas implicações advêm da realidade das intervenções urbanísticas na bacia da Estrada Nova, com destaque para o projeto Orla, que segundo Marinho (2021), se efetivou no âmbito da sub bacia I, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB), realizada na orla da Bacia Hidrográfica da estrada nova (BHEN), enquanto uma parte da sub bacia I e as demais sub bacias II, III e IV recebem a intervenção do PROMABEN.

Mediante essa metodologia adotada pela prefeitura de Belém apontamos que se efetiva intensos processos contraditórios, pois os sujeitos que vivem ou viviam nas mediações da poligonal desse grande projeto intervencionista, que é o Portal da Amazônia, enfrentam essa estratégia intervencionista de lógica de urbanidade.

Diante de tal questão apresenta-se a vulnerabilidade das famílias afetadas pelo Projeto Portal da Amazônia, que saíram de suas moradias com a desocupação da área desde 2008, com perspectivas de melhorias na sua qualidade de vida e moradia. Entretanto, os imóveis não foram todos construídos e tais famílias estão privadas do sentimento de pertencimento social, arcando com todos os custos de sua moradia, percebendo a irrisória quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a título de aluguel social (MPF/PA, 2017).

Podemos destacar que essa questão do valor do auxílio aluguel ocasiona distintas implicações no cotidiano da realidade de quem vive essa problemática durante um período longo de aproximadamente 13 anos. Explicitamos essa questão segundo o relato das famílias que foram assentadas em 2021 e vivenciaram de perto essa problemática. Diante dessas colocações a Família 1 disse: “a nossa dificuldade foi não ter paradeiro, pois tinha que ficar se mudando para outras casas procurando um preço mais adequado porque o valor de quinhentos reais era insuficiente para pagar o aluguel.

## PROMOÇÃO



## APOIO





Ponderamos, que durante o governo Duciomar Costa<sup>8</sup> houve a entrega de 16 unidades habitacionais em 2012, enquanto o governo do prefeito Zenaldo Coutinho<sup>9</sup>, que ficou oito anos, não entregou nenhuma unidade habitacional (OLIBERAL, 2019). Diante de tais descasos com a situação dos moradores sem nenhuma previsão de receberem suas moradias foi promovido em 2017 pelo Ministério Público Federal do Pará (MPF/PA) uma audiência pública que teve além da população afetada, os órgãos públicos convocados para tal, por meio de edital convocatório para a discussão sobre o assunto atendendo a demanda da comunidade afetada em função do evidente descaso dos órgãos públicos em relação a conclusão das obras e a entrega das unidades habitacionais.

Em fevereiro de 2018, o MPF/PA promoveu a audiência pública para debater a situação das famílias afetadas pelo do projeto Portal da Amazônia, que desocuparam a área em 2008 com perspectivas de terem melhorias na qualidade de vida e moradia. Porém, de acordo com o MPF/PA, até esse período os imóveis não foram finalizados e entregues, além dos moradores não terem quaisquer informações adequadas ao posicionamento do poder público sobre a questão da habitação.

Segundo a Defensoria Pública da União – DPU (2019), na Audiência Pública, a SEHAB reafirmou as informações prestadas no Ofício, no sentido de pressionar a empresa LMCC para retomar as obras, com a finalidade de entregar as 80 unidades em dezembro de 2018. No entanto, em 2019, verificou-se que nenhuma unidade habitacional foi entregue, além das 16 unidades entregues no ano de 2012. Essa questão apresenta que o Município descumpra novamente o cronograma apresentado.

Assim em 2021, com a nova gestão<sup>10</sup>, a Prefeitura de Belém apresenta novos desdobramentos sobre a questão das unidades habitacionais mediadas junto à Secretaria Municipal de Habitação de Belém (SEHAB) compreendendo a efetivação

<sup>8</sup>Duciomar Gomes da Costa ex-prefeito de Belém teve seu mandato no período de 2005 a 2008, e reeleito, com mandato de 2009 a 2012, pelo Partido Social Democrático (PSD).

<sup>9</sup>Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior ex-prefeito de Belém, seu mandato decorreu do período de 2013 a 2016, sendo reeleito, e seu segundo mandato no período de 2017 a 2020, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

<sup>10</sup>Edmilson Rodrigues como atual prefeito de Belém que tomou posse em 01 de janeiro de 2021.

da entrega de 15 unidades habitacionais que ficaram finalizadas em agosto, sendo essa uma vitória dos moradores em auxílio aluguel que estavam completando treze anos aguardando pela moradia (AGÊNCIA BELÉM, 2021).

Frente às distintas contradições expressas na realidade das famílias em auxílio aluguel, aqui brevemente sinalizadas, explicita o que Rolnik (2015, p. 149) aponta como “a crise da insegurança da posse”. Portanto, está se manifesta por meio de variadas formas e contextos, isso implica indicar que “as remoções forçadas ocorrem por toda parte [...], aprofundam a pobreza [...], populações são deslocadas em razão de grandes projetos de infraestrutura [...]” (ROLNIK, 2015, p. 149).

### 2.1.1 O perfil sociodemográfico das famílias em auxílio aluguel

Esta subseção apresenta a caracterização do perfil sociodemográfico e econômico de 28 famílias entrevistadas que se encontram em situação de auxílio aluguel<sup>11</sup> decorrente das ações de remanejamento advindo das intervenções urbanísticas do Projeto Portal da Amazônia. Deste modo, de forma sucinta, expõem-se a particularidade vivida pelas famílias inseridas em auxílio aluguel nos mais de 13 anos de morosidade do processo de garantia de direitos. A tabela 1 a seguir demonstra indicadores sociais que revelam as particularidades desse público.

Tabela 01 – Perfil Sociodemográfico das famílias em auxílio aluguel entrevistadas, 2022.

Perfil Sociodemográfico	Entrevistados	%
<b>Faixa etária</b>		
Menos de 30 anos	1	3
De 30 a 39 anos	2	7
De 40 a 49 anos	9	32
De 50 a 59 anos	8	29
60 anos ou mais	8	29

<sup>11</sup> Durante o processo de pesquisa, 15 famílias foram reassentadas no conjunto habitacional (ainda em obras) destinado aos moradores na poligonal do projeto urbanístico, contudo em mais de 15 anos em situação de auxílio aluguel o restante da população permanece resistindo à espera da garantia de seus direitos.



Feminino	19	68
Masculino	9	32
<b>Raça/Cor</b>		
Amarela(o)	1	4
Branca(o)	4	14
Parda(o)	21	75
Preta(o)	2	7
<b>Escolaridade</b>		
Ens. Fundamental Incompleto	17	60
Ens. Médio Incompleto	1	4
Ens. Médio Completo	9	32
Ens. Superior Incompleto	1	4
<b>Estado civil</b>		
Casada(o)	9	32
Solteira(o)	12	43
União Estável	4	14
Viúva(o)	3	11
<b>Município de residência atual</b>		
Abaetetuba	1	4
Belém	28	92
Breves	1	4

Fonte: David, 2022.

Conforme apontado na tabela 1 os entrevistados caracterizam-se na maioria de pessoas com faixa etária acima dos 40 anos, correspondendo a 90%. Com cerca de 68% dos entrevistados sendo do sexo feminino, e 82% destes autodeclarados pardos e pretos, com baixa escolaridade em que 60% indicam ter apenas o ensino fundamental incompleto, e com 43% se declarando solteiras.

Este panorama apresenta em sua maioria uma população feminina com baixa escolaridade, quando perguntado “qual o município de residência atual?” a maioria informou estar residindo em Belém, o que indica em primeiro momento a esperança de manutenção dos vínculos de vizinhança e pertencimento, constituição histórica das famílias com a localidade original de moradia.

Em segundo momento indica o caráter fiscalizador da população, que apresenta a necessidade de permanecer nos bairros próximos ao Projeto, com o

PROMOÇÃO



APOIO



intuito de retornar ao sítio original, mesmo com a constante dos aluguéis caríssimos praticados historicamente nos bairros. O que impacta de forma severa na economia familiar como será explicitado a seguir na tabela 2.

Tabela 02 – Perfil Econômico das famílias em auxílio aluguel entrevistadas, 2022.

Perfil Econômico	Entrevistados	%
<b>Tipo de trabalho</b>		
Formal	5	18
Informal	8	28
Não trabalha	15	54
<b>Chefe de família</b>		
Mãe	16	57
Pai	12	43
<b>Renda familiar</b>		
Até 1/2 Salário Mínimo	8	29
De 1/2 a 1 Salário Mínimo	9	32
De 1 a 1 e 1/2 Salário Mínimo	7	25
Mais de 1 e 1/2 Salário Mínimo	4	14
<b>Recebe benefício social?</b>		
Auxílio Brasil	9	32
Auxílio emergencial	1	4
Benefício de prestação continuada	2	7
Seguro defeso	1	4
Não recebe benefício	15	53
<b>Recebe auxílio?</b>		
Aluguel	24	86
Comércio	1	3
Aluguel/Comércio	3	11
<b>Complementa o auxílio?</b>		
Até de 250 Reais	13	46
De 250 a 500 Reais	11	40
Mais de 500 Reais	4	14

Fonte: David, 2022.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

Conforme observado na tabela 2, pode-se apontar que 28% dos entrevistados apresentam vínculo empregatício informal, enquanto 54% do total informou não possuir trabalho. 57% das famílias entrevistadas informaram ser chefiadas pela matriarca, com renda familiar de até meio salário-mínimo em 29% dos casos, de meio a um salário em 32% e de um até um salário e meio em 25% do total.

Esse levantamento indica que 86% das famílias têm renda familiar de até um salário e meio, sendo que mais da metade destas é chefiada por mulheres. Quando perguntado se a família recebe algum benefício social, 47% dos entrevistados informaram receber algum tipo de benefício, sendo 32% beneficiários de auxílio Brasil<sup>12</sup>, 4% beneficiários do auxílio emergencial<sup>13</sup>, 7% beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e 4% beneficiários do seguro defeso<sup>14</sup>.

Entre a modalidades de auxílio concedidos às famílias atingidas pelas intervenções urbanísticas, 86% dos entrevistados recebem apenas auxílio aluguel, enquanto 3% recebem apenas auxílio comércio, concedido a famílias que tiveram comércios ou serviços atingidos e temporariamente encerrados pelas obras na poligonal. Enquanto 11% informaram receber ambos os auxílios. Com isso pode-se apontar que as famílias não foram apenas atingidas com a perda do direito de morar, mas também tiveram seus meios de sustento afetados.

Logo, essa realidade afeta diretamente no acesso a moradia digna das famílias, quando, ainda que respaldados pelos auxílios concedidos, todas terão que complementar o valor do auxílio com sua própria renda. Onde 46% dos entrevistados informaram ter de complementar o auxílio com até 250 reais, 40% complementam com valores entre 250 e 500 reais e 14% dos entrevistados vão precisar complementar com valores superiores a 500 reais. Portanto, as famílias em auxílio aluguel estão postas em situações precárias sendo afetadas diretamente nas condições de reprodução desta população.

<sup>12</sup> Auxílio concedido no governo Bolsonaro (2019-2022), que substituiu o Bolsa família, e retornou a ser bolsa família no atual governo Lula (2023-2026).

<sup>13</sup> Auxílio concedido no governo Bolsonaro durante o período de pandemia de COVID-19, de caráter temporário.

<sup>14</sup> Benefício concedido a pescadores durante o período de reprodução dos peixes.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

### 3 CONCLUSÃO

O estudo apresentado no artigo referente aos indicadores sociais sobre as famílias em auxílio aluguel, atingidas pelo projeto Orla no Portal da Amazônia, é uma tarefa difícil de desenvolver, pois essa determinação está inserida em processos contraditórios das relações socialmente constituídas na sociedade capitalista.

Assim, quando caracterizamos os processos contraditórios da realidade sócio-histórica das famílias em auxílio aluguel por meio dos indicadores sociais mais relevantes tivemos a pretensão de apresentar as precariedades de condições de vida e moradia das famílias em condições de auxílio aluguel afetadas pelas obras de intervenção urbanística no Portal da Amazônia. Esta realidade confirma que as remoções aprofundam a pobreza de comunidades que ficam em situação de vulnerabilidade social, nesse espaço desigual e combinado do Portal da Amazônia.

Essa determinação é mediada pela lógica de projetos intervencionistas elaborados, planejados e implementados pelos representantes públicos. Diante de tudo isso, portanto, desvelamos que a lógica de reprodução do capital se apropria das relações socialmente constituídas na área do Portal da Amazônia com viés de sua manutenção e acumulação.

Nessa direção, se reafirma, portanto, o desenvolvimento capitalista, nas relações socialmente constituídas, que ocorre sobre sua base estrutural fundada na exploração da força de trabalho, na apropriação privada da riqueza socialmente gerada pelo trabalho, no processo de valorização exponencial do preço, no desenvolvimento contínuo das forças produtivas, na expropriação sempre renovada da terra e outros meios de vida dos trabalhadores (CARDOSO, 2018).

### REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BELÉM. **Após 13 anos de espera, famílias recebem chaves dos apartamentos no Portal da Amazônia.** Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/221011/apos-13-anos-de-espera-familiasrecebem-chaves-dos-apartamentos-no-portal-da-amazonia>. Acesso em: 3 ago.2021.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (2019). **Sessão Especial ouve reivindicações de moradores do Portal da Amazônia.** Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/2518/>. Acesso em: 9 julho. 2020.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Plano de Reassentamento: Portal da Amazônia/Orla (CONTRATO 222.629-71/2008).** Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Belém, 2008.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Terra e propriedade como fundamento da análise das questões agrária, urbana e ambiental. *In*: SANTANA, Joana Valente. **Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas.** Campinas: Papel Social, 2018.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. **A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 55-75, jan/jun 2013. Disponível em: <file:///E:/MATERIAL%20PARA%20ORGANIZAR/A%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20urbana%20de%20Bel%C3%A9m.pdf>.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições de moradia em Belém e Manaus.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará Belém, 2012.

DAVID, Lidiane Maria. Siqueira. **APROPRIAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO NA ORLA FLUVIAL SUL DE BELÉM, PARÁ: estudo de caso das distintas estratégias de apropriação do território no Portal da Amazônia.** 259 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2022.

MARINHO, Taynáh de Nazaré Argolo. **Condições de moradia e de sobrevivência das famílias em auxílio aluguel em Belém-PA: Os efeitos do Projeto Orla e o (Não) direito à moradia digna na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova.** 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. (2018). **Procuradoria da República no Estado do Pará.** Edital Recomendação PR/PA, nº 36/2017.

O LIBERAL (2019). **Moradores Fazem ato por obras no Portal da Amazônia.** Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/moradores-fazem-ato-por-obras-noportal-da-amazonia-1.218833>. Acesso em: 7 julho. 2020.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. **Cidade e água: Belém do Pará e estratégias de reapropriação das margens fluviais.** Arqutextos, ano 8, jun. 2007. Disponível

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/237>. Acesso em: 10 abril. 2022.

RODRIGUES, Roberta Menezes; ARAÚJO, Queila Pantoja de; CASTRO, Ravy Bassalo de. **Urbanizar as baixadas**: Um balanço do PAC na Região Metropolitana de Belém. Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC / Organização Adauto Lucio Cardoso, Rosana Denaldi. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2018. p. 352.

ROLNIK, Raquel. **A Guerra Dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; CARDOSO, Welson de Sousa. **Desenvolvimento e desigualdade na Amazônia contemporânea**. In: (Orgs.). CASTRO, Edna; FIGUEIREDO, Sílvia Lima. Sociedade, Campo Social e Espaço Público. Belém, NAEA, 2014. Pag. 360-373.

## PROMOÇÃO



## APOIO